



**Boito Junior, Armando;  
Martuscelli, Danilo & Guilmo,  
Nátaly (Orgs.). (2025).  
*Instabilidade e crise na política  
brasileira*. Marília: Lutas  
Anticapital, 408 páginas**

Luiz Paulo DE MELO COSTA\*

Recibido: 28/08/2025

Aceptado: 20/11/2025

A presente resenha versa sobre uma obra coletiva, recém-publicada, que certamente reverberará de forma significativa entre aqueles que estudam e acompanham a conjuntura política no Brasil e buscam compreender tal processo para além das aparências e das manchetes da grande mídia.

O livro *Instabilidade e crise na política brasileira*, organizado por Armando Boito Junior, Danilo Enrico Martuscelli e Nátaly Guimo, editado pela Lutas Anticapital, apresenta um conjunto de artigos originários de debates, reflexões teóricas e pesquisas empíricas sobre o cenário político brasileiro dos últimos quinze anos, lançando luzes sobre o passado recente do Brasil, desde o processo de redemocratização, e sobre o presente.

Importante ressaltar que tal obra é fruto do acúmulo do grupo de pesquisa “Neoliberalismo e relações de classe no Brasil”, sediado na Universidade de Campinas (UNICAMP), o qual conta com um variado conjunto de pesquisadoras e pesquisadores que, ao longo dos últimos anos, produziram dissertações e teses importantes a partir de um quadro teórico muito específico: a teoria política de Nicos Poulantzas<sup>1</sup>. Outros aspectos que destacamos nesta obra, e também no conjunto da produção do grupo, são a diversidade temática –que abrange desde a teoria política até a análise de diversas classes e frações de classe e seus comportamentos políticos– e a importância conferida ao elemento empírico na análise, sem perder o rigor teórico e metodológico.

Seria pretensioso de nossa parte buscar aqui fazer uma resenha crítica do conjunto dos textos e reflexões propostos por uma gama tão variada de autoras e autores. Nossa resenha pretende apresentar de forma panorâmica e sucinta o livro; queremos, na verdade, aguçar a curiosidade das leitoras e dos leitores e convidá-los a conhecer e a se debruçar sobre a obra aqui resenhada.

\* Brasileiro. Mestre em Ciências Sociais. Doutorando em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Brasil. Contacto: luizpaulomelocosta@gmail.com

<sup>1</sup> Entendemos que o conjunto da obra de Nicos Poulantzas pode ser dividida em várias fases e momentos distintos e às vezes até contraditórias entre si, mas aqui vamos tomar a licença de não entrarmos nesse debate e adotarmos a posição da existência de um “grupo poulantzaniano” no geral (ver Boito Jr., 2019).

*Instabilidade e crise na política brasileira* conta com treze artigos, além da apresentação feita pelas organizadoras e pelos organizadores, divididos em três partes: a Parte I –Classes, frações de classe e crises políticas no Brasil; a Parte II –Conflitos no Mercosul e instabilidade na política externa brasileira; e a Parte III –Teoria política e análise de longa duração.

Tal divisão revela uma preocupação importante, ao deixar claro para a leitora e o leitor que encontrarão um percurso que se inicia com uma série de artigos nos quais categorias e conceitos poulantzianianos serão apresentados e utilizados para compreender as causas e os efeitos da situação de crise, da instabilidade e da luta política em curso no Brasil. Em seguida, na segunda parte, a leitora e o leitor encontrarão uma série de artigos que investigam, no nível da política externa e das relações internacionais, os impactos da crise a partir de 2016 e da eleição de Bolsonaro em 2018 nesse cenário de instabilidade e mudanças de rumo na orientação do governo brasileiro. Por fim, na última parte do livro, as autoras e os autores empreendem análises teóricas sobre conceitos importantes para a Ciência Política em geral e para o quadro analítico “poulantzianiano”, tendo como referência a conjuntura brasileira e latino-americana.

Como nosso intuito é estimular a leitura da obra, apresentaremos algumas “manchetes”, mais como guia de leitura do que como uma discussão densa, que os trabalhos das colegas e dos colegas realmente merecem. Nesse sentido, é importante ressaltar a distinção que as organizadoras e os organizadores do livro fazem na apresentação entre dois conceitos fundamentais: crise e instabilidade. Segundo eles, não se pode confundir um com o outro, uma vez que a instabilidade política pode afetar um governo ou mesmo o Estado, sem que ainda existam condições (uma força política materializada) para levar adiante a mudança/ruptura. Já a crise seria de outra ordem, porque tal força já existe, mantém-se organizada e, assim, trava uma luta por mudanças na rota das políticas de um governo e, em uma conjuntura mais radicalizada, do próprio Estado.

O artigo que abre a primeira parte do livro é do professor Armando Boito Jr., intitulado “Estabilidade, instabilidade e crises na política brasileira: a luta pela hegemonia do Governo FHC ao Governo Bolsonaro”. Em síntese, o argumento central de Boito Jr. é que a instabilidade e a crise surgidas em 2013 e agravadas em 2015 deram-se pelo deslocamento do apoio da burguesia interna, que rompe com o projeto neodesenvolvimentista –do qual foi a maior beneficiária, mas que se esgotaria com os impactos da crise de 2008 e a instabilidade econômica e política em 2013. Outro fator apontado é a luta empreendida pelo capital associado ao rentismo internacional para retomar a hegemonia dentro do governo, já que, desde 2003, seu projeto foi derrotado nas urnas, e conta como aliados a classe média, o Judiciário e o Ministério Público Federal, que conduziram os processos da Operação Lava-Jato.

Um elemento importante da história recente do Brasil que aparece nas bibliografias são as chamadas Jornadas de Junho de 2013. Vários livros, artigos e debates presenciais ou virtuais foram realizados para buscar compreender a origem, as bases, o conteúdo e os caminhos do movimento que convulsionou algumas capitais e se alastrou por todo o Brasil. É com o objetivo de analisar e compreender tal evento que Arthur Salomão, Andréia Galvão e Sávio Cavalcante escrevem o artigo “Junho de 2013: conflitos de classes e impactos no processo político brasileiro”. As autoras e os autores demonstram que as leituras até então predominantes, que buscavam enquadrar

as “Jornadas de Junho” de um lado (esquerda) ou de outro (direita), inclusive como o demiurgo de todos os retrocessos que viriam a acontecer, não dão conta da complexidade do fenômeno, principalmente porque muitas análises não conseguiram considerar os interesses das classes e frações de classes envolvidas nas manifestações de junho de 2013.

O terceiro artigo da Parte I, “Crise política e movimento pendular da burguesia interna industrial nos governos de Dilma Rousseff e Cristina Kirchner”, escrito por Angelita Matos Souza e Danilo Enrico Martuscelli, busca compreender, em perspectiva comparada, a crise enfrentada pelos governos de Dilma Rousseff e Cristina Kirchner, levando em conta o movimento de suas burguesias internas ao longo desses processos. Importante ressaltar que, tanto no Brasil quanto na Argentina, houve tentativas de superação do modelo neoliberal, com gradações diferentes, mas que, ao fim e ao cabo, a dependência econômica do rentismo, principalmente, levou ao fim do ciclo desses governos progressistas.

Uma das perguntas mais recorrentes que aparecem nos debates públicos sobre a política nacional é: “como um setor que foi, e ainda é, como é o caso do agronegócio, tão beneficiado pelas políticas de governo, pode ser a ponta de lança de uma oposição virulenta?”. No artigo “A agroindústria canavieira paulista no contexto final do ciclo neodesenvolvimentista”, Maria Angélica Paraizo nos ajuda a responder tal pergunta e demonstra como a pauta ambiental e trabalhista são a linha de demarcação fundamental para um agronegócio que busca eliminar qualquer tentativa de reconhecimento de terras indígenas e de direitos sociais e trabalhistas para trabalhadoras e trabalhadores do campo.

A sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), na Avenida Paulista, foi o ponto de encontro das manifestações contra o governo Dilma e pelo seu impedimento, e depois pela volta à ditadura, entre outras pautas abraçadas pela direita e extrema-direita. Era comum ver nos noticiários o enorme pato amarelo inflável ao lado da sede, relembrando o mote de que “não iremos pagar o pato”. No artigo “Vitória de Pirro? A FIESP, o *impeachment* e o Governo Temer”, Felipe de Queiroz Braga nos apresenta o papel da FIESP no impedimento de Dilma Rousseff, mostrando como essa entidade, até então um fiel da balança em favor dos governos petistas, muda de posição na perspectiva de ter seus interesses atendidos no governo Temer.

Dois textos encerram a primeira parte. O artigo de Nátaly Guilmo, “O capital internacional na construção da crise política do segundo Governo Dilma”, demonstra como o capital financeiro internacional atuou de forma sistemática para desestabilizar o governo e como a Operação Lava-Jato foi o principal instrumento para tal intento. E, no artigo “Neofascismo urbano e rural: alta classe média e proprietários de terra como base bolsonarista”, Luana Forlini e Arthur Salomão apresentam as bases sociais do bolsonarismo (a alta classe média urbana e os grandes proprietários rurais), cada uma com suas pautas, mas unificadas em torno de um projeto neoliberal e autoritário.

Na segunda parte, temos três artigos que versam sobre a política externa, as relações diplomáticas e o Mercosul. O primeiro é “O Mercosul conflitivo e contraditório no período dos governos Bolsonaro e Fernández”. Neste artigo, Leonardo Granato compara as políticas externas do governo Bolsonaro, de alinhamento aos Estados Unidos, com a do presidente da Argentina, Alberto Fernández, que buscava uma alternativa

ao priorizar as relações regionais, tendo o Mercosul como centro. Um elemento que Granato aponta é sobre as contradições e conflitos dentro do Mercosul que surgem desses pontos de vista antagônicos entre os dois maiores países do bloco, com posições distintas na condução de suas políticas externas.

Sobre o artigo de Tatiana Berringer e Gustavo Botão, “A política externa do governo Bolsonaro e a posição da burguesia interna brasileira”, podemos apontar que a análise parte do fato de que a burguesia interna, ao abandonar o projeto neodesenvolvimentista, adere ao programa neoliberal capitaneado pela burguesia associada ao grande capital estrangeiro, na perspectiva de ter suas demandas atendidas (autonomia na definição das políticas econômicas e integração comercial regional). No entanto, a luta dentro do bloco no poder, após o golpe de 2016, reforça a hegemonia da burguesia associada, que aplicará o programa ortodoxo neoliberal.

Em 2022, eclodiu o conflito aberto entre a Ucrânia e a Rússia, depois que esta última ocupou parte do território ucraniano onde vive uma população de maioria russa. Tal ato também teve como motivador as mudanças internas na Ucrânia, que passou a adotar posições pró-Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a ponto de solicitar sua inclusão como país-membro. Se tal conflito já é complexo por si só, o artigo “A posição de neutralidade dos governos Bolsonaro e Lula diante da Guerra na Ucrânia”, de Antonio Miranda, Caio Bugiato e Gustavo Botão, procura compreender como dois governos tão distintos e opostos, como os de Bolsonaro e Lula III, mantiveram posições próximas, no caso, de neutralidade. As autoras e os autores buscam as respostas nas políticas externas e diplomáticas desses governos e, principalmente, nos interesses das classes e frações de classe que compõem a base de sustentação de tais governos.

O artigo “Hegemonia no bloco no poder, forma de Estado e política econômica em capitalismo dependentes”, escrito por Pedro Paulo Zahluth Bastos, abre a terceira parte do livro. Como anuncia o título desta seção, é uma contribuição para o debate teórico no campo da Ciência Política. Aqui a leitora e o leitor encontrarão uma discussão e articulação teórica de categorias de Nicos Poulantzas e Antonio Gramsci. Bastos articula os conceitos de hegemonia, Estado e economia para compreender as formações sociais dependentes.

Em “As frações financeiras em perspectiva histórica: da Primeira à Nova República”, André Flores traça o desenvolvimento das frações financeiras no Brasil, demonstrando como essa fração do capital articula seus interesses frente às demais classes e frações de classe na disputa pela hegemonia ao longo do período republicano. O trabalho de Flores se destaca ao trazer uma importante revisão e discussão teórica sobre a caracterização das frações do capital que atuam no Brasil, a partir dos trabalhos de Poulantzas, Saes e Boito Junior.

Ao fim, a leitora e o leitor terão contato com o artigo de Francisco Pereira de Farias, “O clientelismo: teoria e impacto na política brasileira”, que discute o clientelismo como elemento estrutural da política brasileira, analisando seu papel na crise recente. Para Farias, o clientelismo não é um acidente da democracia burguesa, mas funcional ao Estado burguês. E, a partir da articulação entre Poulantzas e Gramsci, sustenta, de forma interessante, a ligação entre a teoria geral e o caso específico.

Assim, recomendamos a leitura de *Instabilidade e crise na política brasileira*, aqui resenhada, para o atual cenário – seja acadêmico e/ou político– por sua qualidade teórica, metodológica e por cumprir um importante papel para a análise materialista da política brasileira no período recente. Ao utilizarem o referencial de Nicos Poulantzas, os trabalhos presentes no livro possibilitam uma abordagem materialista na análise da política brasileira, indo na contramão da perspectiva institucionalista, levando em conta as mudanças no terreno econômico, político e ideológico e como estas transformações organizam e desorganizam as classes e frações de classe na disputa política e nos rumos das políticas de governo e de Estado, em uma quadra na qual prevalece a hegemonia neoliberal e a ascensão do neofascismo.

## Referências

Boito Jr., A., Martuscelli, D. & Guilmo, N. (Orgs.). (2025). *Instabilidade e crise na política brasileira*. Lutas Anticapital.

Boito Jr., A. (2019). Prefácio à edição brasileira. In: N. Poulantzas, *Poder político e classes sociais*. Editora Unicamp.